



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho  
Subsecretaria de Assuntos Corporativos  
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

**ATA**

**280ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
- CNPS -**

Videoconferência

**Brasília, 27 de maio de 2021**

## ATA DA 280ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 27 de maio de 2021

**LOCAL:** Microsoft *Teams* – Videoconferência

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
SPREV/ME – Naron Gutierre Nogueira	FS – Dionízio Martins de Macedo Filho
SPREV/ME – Rogério Nagamine Costanzi	UGT – Natal Léo
INSS – Leonardo José Rolim Guimarães	CUT – Ariovaldo de Camargo
INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro	CONTAG – Evandro José Morello
SEPRT/ME – Benedito Adalberto Brunca	CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas
SPE/ME – Bernardo Borba de Andrade	
IPEA/ME – Luis Henrique da Silva Paiva	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa	CNF – Ênio Mathias Ferreira
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNC – Nara de Deus Vieira
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira
SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galleti	

<b>Convidados</b>	
DATAPREV – Alan do Nascimento	SPMF – Germana Veloso
FEBRABAN – Alex Sander Moreira Gonçalves	COBAP – Marcos Barroso de Oliveira
FEBRABAN – Amaury Martins de Oliva	ASCOM/INSS – Simone Souto Maior
CGEPR/SRGPS – Andrea Velasco Rufato	ASCOM/SPRET – Talita Lorena Nunes de Souza
SPMF – Bruno Henrique da Silva	SPMF – Viviane Cabral
CNT – Bruno Lustosa	ANEPS – Wesley Santos Cambui
UGT – Francisco Canindé Pegado	

## 1 I – ABERTURA

2 Presidindo a mesa, o Conselheiro Benedito Adalberto Brunca, abriu a 280ª Reunião Ordinária do  
3 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.

## 4 II – EXPEDIENTE

5 O Senhor Presidente colocou em aprovação a Ata da 279ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no  
6 dia 29 de abril de 2021. Havendo a concordância de todos, a Ata foi aprovada à unanimidade.

## 7 III – ORDEM DO DIA

8 O Sr. Presidente socializou a pauta da reunião: I – Abertura. II – Expediente: Aprovação da Ata da  
9 279ª Reunião Ordinária do CNPS. III – Ordem do Dia: a) Propostas de alterações na  
10 operacionalização do crédito consignado aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social  
11 (INSS); apresentação: Sr. Leonardo Rolim; b) Estratégia do INSS para a retomada da Prova de Vida;  
12 apresentação: Sr. Leonardo Rolim; c) Revisões dos benefícios por incapacidade; apresentações: Sr.  
13 Leonardo Rolim e Sr. Naron Gutierre Nogueira; d) Acordo com o Ministério Público sobre prazos  
14 para atendimento de solicitação de serviços ao INSS; apresentações: Sr. Leonardo Rolim e Sr. Naron  
15 Gutierre Nogueira. IV – Informes. V – Encerramento. Após socialização da pauta, o Sr. Presidente  
16 convidou o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** para realizar sua exposição. Com a palavra, o  
17 Presidente do INSS iniciou sua apresentação pontuando que o tema traz atenção por muitos anos e  
18 que é alvo de denúncias. Mas é um instrumento importante para o país e para o mercado financeiro,  
19 pois permite reduzir as taxas de juros praticadas. Relembrou o histórico de discussão de redução  
20 dos assédios e fraudes. Informou que recentemente tem sido recebidas inúmeras denúncias e que  
21 novas medidas precisam ser adotadas, em complemento às já tomadas em 2019. Reforçou que se  
22 tem buscado o diálogo com as instituições financeiras e, destacou que, em muitos casos, as  
23 denúncias estão relacionadas aos correspondentes bancários. Reiterou que as medidas tomadas até  
24 aqui, ainda não são suficientes para combate de fraudes. Propôs a implementação do modelo  
25 biométrico para confirmação da contratação do crédito consignado. Comentou outras fraudes  
26 identificadas e que o modelo biométrico pode auxiliar no combate, não somente às fraudes do crédito  
27 consignado, mas em diversas outras. Apresentou as principais informações dos serviços de  
28 empréstimos consignados. O **Sr. Presidente** comentou que se pretende apenas iniciar esse debate,  
29 sem a pretensão de deliberar ainda sobre o tema, mas que a intenção é a criação de um grupo  
30 técnico para debates e o aprofundamento sobre o tema. Na sequência, franqueou a oportunidade ao  
31 **Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro** que, com a palavra, detalhou a movimentação de contratos  
32 de empréstimos consignados no mês de abril de 2021: (i) empréstimo pessoal: 37.987.935 ativos;

33 290.153 encerrados; 276.986 cancelados; 1.184.241 liquidados e 202.877 inativos; (ii) averbação:  
34 60.568 cartões de crédito e 3.470.465 empréstimos pessoal; e (iii) pagamentos de dívidas. Projetou,  
35 através de gráfico, a série histórica da quantidade de contratos averbados e o valor injetado na  
36 economia. Explicou que, quanto ao cartão de crédito consignado, esse registrou uma queda abrupta  
37 nos últimos meses, ao contrário do movimento dos empréstimos consignados, principalmente depois  
38 do aumento de margem. Pontuou que hoje, o valor total pago em relação ao cartão de crédito  
39 consignado é bem menor do que o do empréstimo consignado. Sobre o novo modelo de consignado,  
40 informou a ocorrência de uma consulta pública e que foram abordados os problemas relacionados  
41 ao tema. Registrou que o pico de reclamações ocorreu nos anos de 2010 e 2011, principalmente em  
42 relação a portabilidade entre as instituições. Discorreu que, recentemente, as maiores reclamações  
43 estão relacionadas a “não solicitação” do crédito consignado e, por isso, propôs o novo modelo com  
44 uma dupla validação, melhor recebimento de documentos, maior transparência de informações e  
45 ampliação de controles. Apresentou a visão geral dos serviços de empréstimos consignados e as  
46 etapas do processo: (i) oferta do crédito; (ii) negociação; (iii) contratação; (iv) averbação; (v)  
47 operação; (vi) renegociação/refinanciamento (vii) portabilidade; (viii) quitação; e (ix) monitoramento.  
48 Detalhou os principais processos e entidades envolvidas para concessão do empréstimo consignado  
49 para o beneficiário do INSS. Destacou a etapa de oferta de crédito como importante momento para  
50 atuar, principalmente junto às instituições financeiras. Pontuou que, tanto a oferta de crédito, quanto  
51 a negociação, serão concedidas aos beneficiários pelos bancos, com a intermediação de um  
52 Correspondente Bancário (CORBAN). Esclareceu que, no ato da contratação, o processo será feito  
53 de forma bilateral, entre beneficiário e a instituição bancária; que a averbação do empréstimo ocorrerá  
54 entre o banco e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV); e que a  
55 operação financeira se dará com a participação do banco, beneficiário e a DATAPREV. Nos casos  
56 de renegociação, refinanciamento e portabilidade, aclarou que o processo se dará junto ao banco,  
57 CORBAN, beneficiário e a DATAPREV. Referente a quitação, pontuou que o processo será feito  
58 entre o banco, o beneficiário e a DATAPREV. Ressaltou que, todo processo será supervisionado pelo  
59 INSS, pela Autorregulação e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Apresentou a proposta para o  
60 novo modelo de consignado: 1) Criação de *Market Place* (portal de ofertas) de consignado no “Meu  
61 INSS”, que permitirá que os canais, já disponíveis, sejam complementados, a exemplo de como  
62 ocorreu com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) para os servidores; 2)  
63 Permitir a simulação (não tão precisa) dos valores do consignado, conectando o “Meu INSS” aos  
64 portais de ofertas dos bancos; 3) Inclusão da rotina de validação, das contratações de consignações  
65 por biometria, aos celulares e tokens (as quais poderão ser validadas pelos aparelhos), e que essa

66 representa uma alternativa de validação, enquanto não estiver implementada a captura de biometria  
67 pelos totens; e 4) Inclusão do modelo de negócio que viabilize o custeio de totens de captura, e/ou  
68 autenticação biométrica, nas unidades do INSS. Esclareceu a importância de que seja permitida a  
69 autenticação para aqueles que não puderam fazer a validação pelo celular. Apresentou o “Canal de  
70 Empréstimos pelo Meu INSS” e detalhou a proposta: (i) opção obter empréstimo; (ii) Simulados, de  
71 acordo com as taxas informadas pelas Instituições Financeiras (IF); (iii) integração com as IF para  
72 conduzirem as contratações acionadas pelo Meu INSS; e (iv) validação, confirmação do empréstimo  
73 no ambiente do INSS. De pronto, o **Sr. Presidente** agradeceu a apresentação e franqueou a palavra  
74 aos conselheiros. Com a palavra, o **Sr. Ênio Mathias Ferreira** parabenizou o INSS pela iniciativa e  
75 informou que a autorregulação do mercado é importante; demonstrou seu interesse na participação  
76 nas reuniões que irão debater a proposta; externou sua preocupação referente a validação de  
77 biometria em totens e, esclareceu que a biometria não é eficaz e pode gerar muitos problemas aos  
78 aposentados, uma vez que é grande a dificuldade que os beneficiários possuem para se cadastrarem  
79 e utilizar os totens. Falou da necessidade de se analisar uma modalidade mais adequada, que esta  
80 nova proposta é importante, mas não pode obstar a concessão, tendo em vista a importância do  
81 crédito consignado. Concluiu sua intervenção se colocando à disposição para contribuir com a busca  
82 de novas soluções ou adequações. O **Sr. Presidente** alertou que as fraudes são trágicas para os  
83 segurados e que causam transtornos, muitas vezes, irreparáveis e, reforçou que o processo precisa  
84 ser revisto e mais seguro. Discorreu que o alerta de fraude, ainda que feito pelo segurado, tem  
85 causado, ainda assim, prejuízos, uma vez que os descontos já ocorreram e que o segurado encontra  
86 dificuldade para reparar o problema, pois o ônus recai sobre o segurado em ter que provar a fraude.  
87 Com a palavra, o **Sr. Amaury Martins de Oliva** pontuou que o setor não compactua com as fraudes,  
88 e que tem atuado junto a diversas instituições para reforçar a segurança das contratações. Informou  
89 que fizeram *workshop* para orientações dos correspondentes bancários; que estão debatendo  
90 medidas de retiradas das certificações, em caso de fraudes. Asseverou que as reclamações  
91 reduziram, mas que continuam em patamar alto. Sugeriu a elaboração de um termo de adesão à  
92 autorregulação das entidades concessionárias, visto que a autorregulação é voluntária e, destacou que  
93 seria interessante se o próprio INSS exigisse a adesão obrigatória às instituições financeiras, a fim  
94 de alinhar o sistema ao compromisso de boas práticas. Corroborou com o Sr. Ênio Mathias Ferreira  
95 sobre a vulnerabilidade do público, e do cuidado que deve ser adotado, principalmente nesse período  
96 de pandemia, a fim de diminuir os desafios e evitar reclamações. Finalizou, reiterando a disposição  
97 da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) para participar do grupo de trabalho. Em seguida,  
98 o **Sr. Alex Sander Moreira Gonçalves** disse que todos estão empenhados em adotar medidas

99 duras, que reduzam o atual patamar de fraudes e reclamações no consignado do INSS e, lembrou  
100 que existem mais de 30 bancos participando da autorregulação, porém ainda não são todos. Sugeriu  
101 que o CNPS recomendasse ao INSS, para que esse adotasse a autorregulação como um pré-  
102 requisito para as instituições que desejarem ter convênio com o órgão. Elogiou a apresentação do  
103 Sr. Alessandro Roosevelt e pontuou que a prévia autorização do aposentado, para a contratação do  
104 consignado é, com certeza, um bom caminho. Discorreu o que já ocorre com os servidores federais  
105 e o saque-aniversário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Como sugestão, citou o  
106 banco de dados biométricos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como uma possível ajuda para  
107 acelerar o processo biometria para os aposentados, trazendo maior segurança às operações de  
108 crédito consignado. Encerrou, declarando total disponibilidade para participar do grupo de trabalho  
109 por entender ser esta uma iniciativa importante, na busca por melhorias na qualidade da oferta e na  
110 redução dos casos de reclamações que tem deixado todos em uma situação bem desconfortável. O  
111 **Sr. Presidente** seguiu com a pauta e convidou o **Sr. Alan do Nascimento** para fazer sua  
112 explanação. O Diretor de Relacionamento da DATAPREV, agradeceu a oportunidade e falou sobre  
113 as questões que considera estruturantes do consignado. Ressaltou que a forma de condução do  
114 processo de modernização do sistema junto aos bancos, a troca de experiências e ampla discussão,  
115 cominou na implantação da averbação *on-line*, dentre outros serviços. Acrescentou que acredita ser  
116 um bom momento para iniciar novo ciclo, com a melhoria dos instrumentos de acompanhamento,  
117 monitoramento e controle dos trabalhos, criando alternativas para evitar que novos problemas  
118 aconteçam, principalmente na implantação da biometria para a autorização dos beneficiários, além  
119 de um conjunto de soluções que alcancem os vários tipos de públicos existentes no mercado. Falou  
120 da necessidade de se obter informações com rapidez, buscando a identificação precoce dos reais  
121 problemas, criando instrumentos que identifiquem os correspondentes bancários problemáticos,  
122 inclusive, com a ajuda da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). Prosseguindo, explicou  
123 que no processo de averbação, a DATAPREV recebe apenas o necessário para implantação do  
124 desconto, e defendeu a criação de punições mais severas para quem burlar o sistema,  
125 desencorajando, com isso, a prática de irregularidades. Salientou que o processo precisa continuar  
126 sendo aprimorado, tanto pela Previdência como pelos bancos e, colocou a DATAPREV a disposição  
127 para colaborar nos processos de tratamento de entrada dos dados, dos resultados e no apoio às  
128 instituições responsáveis pelo monitoramento e punição. Com a palavra, a **Sra. Tônia Andrea**  
129 **Inocentini Galleti** externou sua preocupação com relação a sobrecarga de responsabilidades que  
130 recairá sobre o INSS, caso todo o processo seja colocado dentro do “Meu INSS”. Discorreu que a  
131 biometria é um caminho seguro e perguntou se poderia ser usado o sistema de reconhecimento

132 facial, semelhante ao disponível no Gov.br, estabelecendo um convênio entre as entidades  
133 financeiras, Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e TSE. Na sequência, o **Sr. Evandro**  
134 **José Morello** ressaltou que os problemas ocorridos foram visualizados, no passado, na ocasião em  
135 que houve elevação da margem consignável. Informou que alguns agentes mancham o bom  
136 andamento de todo o sistema e que isso precisa ser combatido. Na ocasião, indagou o motivo pelo  
137 qual algumas instituições financeiras ainda não estão inseridas no sistema de autorregulação;  
138 defendeu punições de agentes que operam de forma irregular, causando enormes prejuízos aos  
139 segurados. Concordou com a conselheira Tônia Galleti no sentido da preocupação com a  
140 responsabilização total do INSS no processo e, salientou que a biometria é muito importante, mas  
141 não contemplaria os segurados do sistema em sua integralidade, visto que se trata de um caminho  
142 que precisa ser aprofundado, estudado, investido, porque a tecnologia tem que estar à disposição,  
143 também, dos segurados e de todo o sistema operacional, para dar suporte e segurança a todos os  
144 envolvidos. Enalteceu a sugestão de criação de um grupo de trabalho visando a busca de medidas  
145 para sanar essas discrepâncias. Concluindo, perguntou por que apenas as instituições financeiras,  
146 vinculadas a autorregulação, não estão autorizadas a fazer o consignado. Com a palavra, o **Sr.**  
147 **Presidente** falou sobre o procedimento que está sendo dispensado aos segurados por ocasião da  
148 devolução de empréstimos indevidos, no qual tem sido exigida a devolução integral, e observou que  
149 não tem sido justa, uma vez que o correto seria a devolução do valor já com a dedução e  
150 compensação das parcelas efetivamente descontadas. Em sua intervenção, o **Sr. Fernando Antônio**  
151 **Duarte Dantas** ressaltou a responsabilidade da FEBRABAN pelo controle das instituições  
152 financeiras, não cabendo tal papel ao INSS. Ponderou que apesar de todos os esforços e avanços  
153 tecnológicos, ainda é possível encontrar indivíduos, e empresas, mal-intencionadas que conseguem  
154 burlar o sistema. Concluiu, declarando apoio à formação do grupo de trabalho para discutir novos  
155 mecanismos que trarão mais segurança aos segurados. Em rápidas palavras, o **Sr. Natal Léo**  
156 concordou com as falas de seus antecessores, corroborando que a responsabilidade deve ser da  
157 FEBRABAN, e acrescentou que, na verdade, o grupo de trabalho deveria ser da FEBRABAN com o  
158 envio posterior de uma proposta para ser aprovada no Conselho. Em sua intervenção, o **Sr. José**  
159 **Tadeu Peixoto da Costa** informou que o INSS é o primeiro a ser demandado em casos de desconto  
160 indevido, pois o aposentado alega que é o órgão o responsável pelo controle do benefício. Alertou  
161 que o grande problema dos empréstimos indevidos são os correspondentes bancários (pastinhas)  
162 que, muitas das vezes, cometem fraudes na tentativa de cumprir suas metas. Por fim, concordou  
163 com o Sr. Presidente no tocante a devolução de empréstimos indevidos, com a devida correção e  
164 desconto das parcelas quitadas, citando haver bancos que demoram até 120 dias para devolver os

descontos indevidos. O **Sr. Obede Muniz Teodoro** endossou as palavras do Sr. Natal Léo enfatizando que a responsabilidade é da FEBRABAN e citou alguns casos de empréstimos indevidos de segurados, que fazem parte da associação de Guarulhos, da qual faz parte. Relatou um caso concreto em que houve uma contratação irregular e que o segurado devolveu o valor, porém o banco permaneceu descontando, causando mais prejuízos ao segurado. Discorreu que há pouco caso por parte das instituições financeiras. Em sua intervenção, o **Sr. Evandro José Morello** concordou com seus pares, acrescentou a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) como possível participante desse processo e, falou que essa é uma questão que precisa ser aprofundada junto ao Banco Central, visto que, atualmente, as reclamações ficam no âmbito da Previdência e das instituições financeiras. Destacou a necessidade de um processo fiscalizatório mais amplo e abrangente, com ferramentas que possam cobrar efetivamente e tragam soluções rápidas para as reclamações dos aposentados da Previdência, resolvendo imediatamente suas reivindicações. Após diversas contribuições, o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** disse que o Grupo que será formado, poderá recomendar a obrigatoriedade de adesão à autorregulação. Todavia, esclareceu que a medida sozinha não resolverá o problema, pois nem sempre o problema são os correspondentes bancários. Comentou que o INSS tem um trabalho considerável sobre essas fraudes e reclamações e que, ao implementar a validação biométrica, o trabalho do INSS será reduzido, pois há uma força de trabalho dedicada às fraudes e mitigação, sendo que esses servidores poderão ser direcionados para outros trabalhos. Destacou que a base biométrica é extensa e que as instituições financeiras podem capturar a biometria e, também, a iniciativa dos totens, para auxiliar no processo. Em complemento, o **Sr. Presidente** pontuou que, levando em consideração as propostas e sugestões, será necessário convidar a área de fiscalização do Banco Central para acompanhar os debates do grupo de trabalho, porque a partir do momento em que houver a imposição da autorregulação, essa se transformará em obrigação. De pronto, o **Sr. Amaury Martins de Oliva** disse ser preciso uma atuação coordenada, pois o problema não é simples, destacando várias iniciativas adotadas pela FEBRABAN, juntamente com a ABBC. Explicou que é possível pensar em um modelo parecido com o adotado pela SENACON, que exige que as empresas associadas sigam as boas práticas que estão na autorregulação, com base no Código de Defesa do Consumidor. Concluiu, elencando que, em pouco mais de um ano, a autorregulação aplicou mais de 400 sanções às instituições financeiras. Na oportunidade, o **Sr. Presidente** pediu que a FEBRABAN enviasse os tipos de sanções que estão sendo aplicadas e informasse quais as instituições sofreram as sanções, para se pensar melhor no alcance das medidas a serem propostas, porque a única medida que realmente surtiria efeito, seria a suspensão das operações de crédito impostas as instituições que cometiam irregularidades.



Seguindo os debates, o **Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro** destacou ser preciso atuar em várias etapas da concessão, com diversas medidas, pois não há solução única. Manifestou que a biometria auxilia na redução das fraudes que tem ocorrido atualmente. Informou que há outras medidas a serem feitas como o “Não me Perturbe” que, por sua vez, ainda carece de melhoria, pois apresenta falhas. Esclareceu que entende que a adesão obrigatória a autorregulação não parece encontrar base, pois a autorregulação é diretriz de uma entidade privada, da FEBRABAN, salvo criação de obrigação expressa em lei ou decreto, pelo Banco Central. Falou da possibilidade de se criar uma dupla validação, a fim de combater fraudes na etapa de contratação. Discorreu sobre a vulnerabilidade do público e das dificuldades de cadastramento nas tecnologias, mas que o 135 irá auxiliar no cadastramento dos segurados no Portal “Gov.br”. Citou, também, outras estratégias para melhorar a segurança do sistema, como as medidas que já ocorrem no SIAPE para os servidores públicos. Reforçou a importância do crédito consignado, mas que essa política precisa ser melhorada, pois ela beneficia os segurados. Ressaltou a importância de se melhorar as diversas etapas do ciclo de concessão, uma vez que não há solução única. Por fim, destacou que, em sua apresentação, foram enfatizadas todas as etapas para externar as diversas formas de melhorar o processo. O **Sr. Ênio Mathias Ferreira** parabenizou o processo de discussão, colocou a Confederação Nacional das Instituições financeiras (CNF) à disposição para implementar melhorias e ressaltou que a intenção será mitigar prejuízos aos beneficiários. Na sequência, o **Sr. Presidente** explicou que o próximo passo será definir internamente os atores (FEBRABAN, ABBC, conselheiros) para discutir cada tema citado, dentro das reuniões do grupo de trabalho, aventou a possibilidade da participação de outros atores como o Banco Central e SENACON, e solicitou que as entidades separem e identifiquem casos de forma consolidada, para discussão no grupo. Em rápida intervenção, o **Sr. Evandro José Morello** pontuou que já foram citadas instituições financeiras com práticas irregulares, sugerindo a suspensão imediata dos bancos que tem denúncias e irregularidades identificadas, em relação ao consignado. Em resposta, o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** comungou que a SENACON chegou a editar uma norma nesse sentido, porém a medida foi derrubada na Justiça. Corroborou ser necessário debater medidas para conter esse cenário. Com a palavra, o **Sr. Natal Léo** ressaltou que a quase totalidade das reclamações são dos chamados “pequenos bancos” e foi enfático ao dizer que se a biometria irá resolver o problema, então que seja implementada o mais rápido possível. O **Sr. Francisco Canindé Pegado** manifestou a importância de se possibilitar as simulações; lembrou que se trata de um sistema com mais de 7 mil correspondentes bancários e, que deseja participar das discussões para contribuir com o aperfeiçoamento do sistema. O **Sr. Presidente** agradeceu o apoio e encaminhou a criação do Grupo para debate das medidas a serem adotadas na

operacionalização do crédito consignado aos beneficiários do INSS e, solicitou aos conselheiros que se manifestem para a Secretaria Executiva do CNPS para formação do grupo de discussão, que podem ser o próprio conselheiro ou um indicado pela instituição. Seguindo com a pauta, o **Sr. Presidente** convidou o **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** para falar sobre a estratégia do INSS para a retomada da prova de vida que, de início, informou que a Prova de Vida não deixou de ser feita, mas que será retomada a suspensão do pagamento do benefício aos que não fizeram a prova de vida. Relembrou que, em março, por conta da pandemia, a obrigatoriedade da prova de vida foi suspensa e que, a partir desse momento, a DATAPREV, juntamente com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), tem trabalhado na implementação da biometria facial, para a realização da prova de vida, usando a base de dados do TSE e DENATRAN, o que representa cerca de 60% dos segurados. Lembrou que durante todo esse tempo, os segurados poderiam ter realizado sua prova de vida através dos bancos ou pelo celular, contudo, 160 mil pessoas não realizaram e estão na primeira leva do bloqueio. Explicou que esse procedimento é obrigatório por lei, e que a partir de junho, começará a obrigatoriedade da prova de vida a cada dois meses a partir de março, até que todos estejam regularizados. Lembrou que, para as pessoas que não têm condições de deslocamento, o INSS poderá disponibilizar um servidor para se deslocar até a residência, ou mesmo a uma unidade hospitalar, para realizar a prova de vida daquele segurado. O **Sr. Obede Muniz Teodoro** pediu a palavra e indagou se seria possível o INSS adotar os prazos determinados na Instrução Normativa nº 53 do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de maio de 2021. Sugeriu a suspensão por mais um tempo da prova de vida, pois os aposentados do INSS ainda estão com medo de comparecer as agências. O **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** respondeu que o texto da referida IN não difere dos prazos adotados pelo INSS. Em rápida intervenção, o **Sr. Natal Léo** lembrou de um documento, encaminhado pela Central de Aposentados, solicitando a suspensão da prova de vida até o final de 2021. O **Sr. Presidente** respondeu ser uma situação absolutamente inviável dentro desse contexto, que o assunto será esclarecido por ocasião da resposta ao ofício enviado ao CNPS e, sem demora instou o próximo ponto de pauta: Apresentação sobre revisões dos benefícios por incapacidade. O **Sr. Narlon Gutierre Nogueira** explicou ser necessário fazer a revisão dos benefícios por incapacidade, por três razões: (i) por se tratar de uma obrigação legal, prevista na Lei nº 13.846/2019, resultante da Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro 2019, estando o órgão sujeito a cobrança e acompanhamento pelos órgãos de controle, mais precisamente, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU); (ii) por se tratar de uma obrigação institucional, visto que a Previdência Social tem a missão de pagar os benefícios a quem é devido, com presteza, efetividade

e maior celeridade possível, além de analisar e não pagar benefícios a quem não tem direito; (iii) o desafio orçamentário enfrentado pela Previdência Social no ano de 2021. Disse que o processo se encontra em discussão entre a Subsecretaria de Previdência e o INSS, com a finalidade de programar e planejar uma nova etapa do programa de revisão. Referente a revisão durante o período de pandemia, deixou claro que essa é uma preocupação e elencou alguns esclarecimentos: (i) disse que o público que será alcançado nessa etapa do programa de revisão, é muito menor do que em etapas anteriores, algo em torno de 200 mil; (ii) destacou a confiança em relação aos protocolos sanitários adotados pelo INSS, que são uma referência para o setor público e setor privado; e (iii) a adequação do ritmo de atendimento desses segurados à capacidade de atendimento da perícia, para que não haja nenhum tipo de transtorno no atendimento. Apresentou a forma como o fluxo desse trabalho foi estabelecido; que a primeira etapa será a notificação para os segurados que estarão alcançados por essa nova etapa do programa de revisão, através de cartas ou por comunicação eletrônica enviada pelas agências bancárias ou pelo aplicativo do Meu INSS; que a partir dessa notificação o segurado terá um prazo de 30 dias para o agendamento e, caso não o faça, será lançado um edital de comunicação, com um prazo de 15 dias para manifestação, sendo contados mais 30 dias para a realização da solicitação do agendamento através do Meu INSS ou pelo 135; e que somente então, caso o agendamento não tenha sido realizado em nenhuma dessas etapas, ocorrerá a suspensão do benefício por um período de 30 dias e, ao final desse período, persistindo a não realização do agendamento, após passados 105 dias, haverá o cancelamento do benefício. Deixou claro, ainda, que esse agendamento das revisões, não irá prejudicar o agendamento normal, porque existe uma previsão de que, além da agenda ordinária, os peritos devem ter disponibilidade para fazer mais quatro atendimentos por dia, por ocasião do programa de revisão. Concluindo, informou que as notificações começaram a ser expedidas no mês de junho, começando desta data a contagem dos prazos de agendamento. Reforçou que a forma de distribuição nas agendas não irá gerar aglomeração, transtornos e nem prejuízo aos segurados que farão o atendimento normal da perícia médica. Pedindo a palavra, o **Sr. Natal Léo** destacou que não se trata de uma revisão, mas de uma obrigação legal. O **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** complementou dizendo que é uma obrigação legal a cada dois anos, para aposentadoria por invalidez e, a cada seis meses, para o Auxílio-doença. Em complementação, o **Sr. Narlon Gutierre Nogueira** manifestou que a obrigação é para o beneficiário e para o poder público. Com a palavra, o **Sr. Fernando Antônio Duarte Dantas** externou sua preocupação no tocante a exposição das pessoas aos riscos nesse momento tão delicado. Em resposta, o **Sr. Narlon Gutierre Nogueira** disse que o INSS conta, no momento, com 580 agências realizando o atendimento da perícia médica e, ainda, há a possibilidade da realização

dos chamados “mutirões especiais”, tudo sendo pensado e planejado para cumprir as obrigações legais, sem gerar transtornos para os segurados. Explicou que o processo da perícia é feito em três etapas: (i) Notificação e prazo de 30 dias para agendamento; (ii) Publica-se edital com 15 dias; (iii) Suspende-se o prazo e abre-se novo prazo de 30 dias para o agendamento. No total, somam-se 105 dias até a cessação do pagamento do benefício. O trabalho será realizado com aquelas quatro perícias a mais que o perito pode atender no dia, o que poderá ser feito por mutirão também, e que, para as localidades sem opções de agência, poderão ser feitos mutirões especiais com o deslocamento de servidores. O **Sr. Francisco Canindé Pegado** citou as regiões brasileiras de difícil acesso e destacou a região Norte que, para realizar a revisão do benefício, o beneficiário leva oito dias para ir e mais oito dias para voltar. Demonstrou sua preocupação e ilustrou que alguns beneficiários podem estar acamados e, que o prazo para revisão do benefício, pode ser superior a 45 dias. Indagou se, para estas situações, mesmo com o quadro reduzido de servidores, será possível o atendimento *in loco*. Concluiu sua participação e destacou a falta de condições materiais, e de profissionais, para o cumprimento do normativo. O **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** corroborou e salientou a importância de desenvolver uma logística eficiente; enfatizou que os prazos são adequados, mas que as estratégias, para os locais distantes, devem ser diferenciadas e propôs que os atendimentos sejam agendados. O **Sr. Naron Gutierrez Nogueira** agradeceu as contribuições e comunicou que as especificidades apresentadas serão observadas, para que a equipe possa se planejar. Explicou que existe prazo para a administração se programar e disponibilizar a agenda, de forma que a gestão possa atuar em diferentes realidades. Pontuou que, além do prazo estabelecido para os segurados, há um prazo para que a gestão administre a agenda e as particularidades. O **Sr. Presidente** concluiu os debates e instou o próximo item de pauta, “Acordo com o Ministério Público sobre prazos para atendimento de solicitação de serviços ao INSS”. Franqueou à palavra ao **Sr. Leonardo José Rolim Guimarães** que, de pronto, pontuou que o acordo dispõe dos prazos para: (i) conclusão de requerimentos de reconhecimento inicial de direito; e (ii) implementação de decisões judiciais. Informou que o acordo foi assinado pela União (representada pela Advocacia Geral da União); Ministério Público Federal; Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Ministério da Cidadania; Defensoria Pública da União e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Registrou que o acordo foi assinado em 16 de novembro de 2020 e homologado, a unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, em 05 de fevereiro de 2021. Enfatizou que os prazos para conclusão são de seis meses após a homologação e que o acordo define os prazos máximos para a conclusão de reconhecimento de requerimento inicial: a) 90 dias: Benefício assistencial à Pessoa Portadora Deficiência; Benefício Assistencial ao Idoso; Aposentadoria por Tempo de Contribuição;

Aposentadoria por Idade; Aposentadoria Especial; Aposentadoria por Tempo de Serviço Professor; b) 30 dias: Salário Maternidade; c) 60 dias: Pensão por Morte; Auxílio Reclusão; Aposentadoria por Invalidez acidentária; d) 45 dias: Auxílio Doença por Acidente do Trabalho; Auxílio Doença Previdenciário (auxílio temporário por incapacidade); Aposentadoria por Invalidez Previdenciária; Aposentadoria por Invalidez acidentária; Perícia Médica; Avaliação Social. Seguiu a exposição informando os prazos para cumprimento de determinações judiciais e explicou que são variáveis, conforme a espécie: a) 15 dias: Implantações em tutelas de urgência; b) 25 dias: Benefícios por incapacidade; Benefícios assistenciais; c) 45 dias: Benefícios de aposentadorias, pensões e outros auxílios; d) 90 dias: Ações revisionais, emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), averbação de tempo, emissão de boletos de indenização; e) 30 dias: juntada de documentos de instrução (processos administrativos e outras informações em que o Judiciário não tenha acesso). Prosseguiu informando: (i) o prazo para realização de perícia médica e avaliação social será ampliado para 90 dias nas unidades de difícil provimento, limitado a 10% do total; (ii) os prazos para perícia médica e avaliação social serão exigidos após o pleno retorno da atividade presencial; (iii) a simplificação do processo de cumprimento de ações civis públicas que excluem da renda familiar determinadas despesas para efeitos de concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC); (iv) da criação de Central Unificada de Cumprimento Emergencial de Prazos, para analisar requerimentos que excederam os prazos; (v) da correção monetária continua sendo paga nos mesmos moldes e prazos anteriores ao acordo; (vi) que, caso a Central Unificada não consiga concluir a análise do requerimento no prazo de 10 dias, a partir dessa data incidirão juros de mora no montante aplicado à caderneta de poupança; (vii) a previsão de criação de Comitê Executivo com um representante de cada instituição participante do acordo, com um representante do CNPS e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), participando como convidado sem direito a voto. Por fim, enfatizou a importância da participação do Conselho Nacional de Previdência Social no comitê. O **Sr. Presidente** perguntou aos conselheiros se havia alguma indicação para representação do CNPS no comitê e, prontamente se candidataram a conselheira Tônia Andrea Inocentini Galleti e o conselheiro Natal Léo. Após consenso, definiu-se que o representante do Conselho no comitê será o Sr. Natal Léo.

#### IV – INFORMES

Com a palavra o **Sr. Evandro José Morello** destacou, com relação a perícia médica para os beneficiários por incapacidade, a importância de avaliar os efeitos do novo regramento, decorrente da publicação da Portaria nº 1.298. Sugeriu que o INSS esclarecesse procedimento operacional

362 adotado para atender a demanda dos benefícios por incapacidade. O **Sr. Presidente** prontamente  
363 informou que o tema será abordado na próxima reunião. A **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti**  
364 solicitou esclarecimentos referente ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) das  
365 aposentadorias especiais. Ilustrou os problemas judiciais que estão enfrentando, devido à falta deste  
366 documento, que é importante para o trabalhador. Salientou que o PPP é de responsabilidade da  
367 empresa, contudo cabe ao trabalhador providenciar junta à empresa. Sugeriu que seja apresentado  
368 um encaminhamento, por parte do CNPS, para reduzir o número de judicialização. Referente ao Meu  
369 INSS, o **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** questionou se o sistema tem apresentado instabilidade,  
370 relatando que alguns beneficiários não têm tido êxito para finalizar seu cadastro e, indagou, se o  
371 problema já foi solucionado. O Secretário de Previdência, o **Sr. Narlon Gutierre Nogueira**,  
372 prontamente, manifestou-se favorável para que seja atendida a sugestão do conselheiro Evandro  
373 José Morello, para que seja pautada a questão da análise documental dos auxílios por incapacidade  
374 na 281ª Reunião Ordinária do CNPS. Solicitou que o conselheiro encaminhe suas dúvidas e  
375 esclarecimentos específicos acerca do tema, para que a equipe possa abordar durante a exposição.  
376 Referente ao PPP, registrou que já iniciou a quarta fase de envios de eventos pelo eSocial e, que,  
377 nesta fase, são tratados os eventos de saúde e segurança do trabalhador. Informou que, devido a  
378 uma dificuldade de adequação nos sistemas da DATAPREV, a qual poderia gerar prejuízos, a fase  
379 será iniciada no mês de outubro. Salientou que o cadastro do PPP será eletrônico, de forma que o  
380 próprio sistema possa gerar o documento para o segurado. Aclarou que a empresa irá acessar o  
381 sistema do eSocial e preencherá um formulário com características do PPP, enviando as informações  
382 dos eventos, os quais serão reunidos pelo sistema, que gera o PPP. Socializou a existência da minuta  
383 de portaria, que versa sobre o PPP eletrônico a partir das informações do eSocial. Explicou que a  
384 publicação foi postergada, devido as adequações no cronograma e, informou que até o fim do mês  
385 de junho, a portaria será publicada. O **Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro** esclareceu que  
386 devido a um problema de comunicação do Meu INSS com o Cadastro Nacional de Informações  
387 Sociais (CNIS), impossibilitou o cadastramento de novas inscrições. Informou que o sistema já está  
388 normalizado e pediu que o conselheiro oriente as pessoas a fazer o teste. O **Sr. Presidente** orientou  
389 que caso o problema persista, que o conselheiro comunique ao Conselho, através do grupo de  
390 *WhatsApp*. A Secretária Executiva, **Sra. Maria Velloso**, comunicou as alterações no link de acesso  
391 ao site do CNPS. Explicou que foi criado um menu “Participação Social” e que os acessos para os  
392 sítios eletrônicos do Conselho Nacional de Previdência Social e Conselho Nacional de Previdência  
393 Complementar (CNPC) são feitos a partir deste ícone. O **Sr. Narlon Gutierre Nogueira** esclareceu  
394 que essas reformulações ocorreram na página da Secretaria de Previdência, com o objetivo de

395 facilitar o acesso às informações. O **Sr. Dionizio Martins de Macedo Filho** reiterou sua proposta,  
396 de convidar um representante do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) para  
397 esclarecimentos sobre os trabalhos, em decorrência dos prazos em que os recursos administrativos  
398 estão sendo julgados na juntas e nas Câmaras do CRPS. O **Sr. Presidente** informou que a secretaria  
399 do Conselho irá encaminhar um e-mail, solicitando a indicação dos representantes para os membros  
400 do Grupo de Trabalho do Consignado.

401 **VI – ENCERRAMENTO**

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a  
280ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.